

Mitos na avaliação: diz-se que...*

▮ Thereza Penna Firme**

Resumo

Falsas verdades têm, há muitas décadas, impregnado o sistema educacional, com fundamentos que justificam a reprovação dos alunos na educação escolar a que têm direito. É urgente, portanto, provocar junto a educadores, famílias e sociedade em geral, uma substancial reflexão, no sentido de substituir a repetência e a evasão por uma avaliação que promova o aperfeiçoamento contínuo das crianças e dos jovens.

Palavras-chave: Avaliação. Mitos. Repetência. Evasão. Promoção.

Evaluation myths: common knowledge is...

Abstract

False truths have, for decades, flooded the educational system with principles that justify students' retention within the school education they are entitled to receive. Urgency, therefore, is needed in order to provoke a substantial reflection among educators, families and society at large towards substituting retention and school drop out by evaluation systems capable of promoting the continuous improvement of children and youth.

Keywords: Evaluation. Myths. Retention. Evasion. Promotion.

Mitos de la evaluación: se dice que...

Resumen

Falsas verdades tienen, hace muchas décadas, impregnado el sistema educacional, con fundamentos que justifican la reprobación de los alumnos durante la educación escolar

* Artigo publicado na Revista *Ensaio*, n.1, v. 2, p. 57-62, out./dez. 1994.

** PhD em Educação e Psicologia da Criança e do Adolescente, Stanford University, EUA; Consultora da Fundação CESGRANRIO, RJ. *E-mail:* therezapf@uol.com.br

a que tienen derecho. Es urgente, por tanto, provocar junto a educadores, familias y sociedad en general, una sustancial reflexión, para sustituir la repetición y la evasión por una evaluación que promueva el perfeccionamiento continuo de los niños y de los jóvenes.

Palabras-clave: Evaluación. Mitos. Repetición. Evasión. Promoción.

Há uma forte sensação de insegurança e desconforto quando temos uma idéia brilhante e tentamos escrevê-la mas a ponta do lápis está solta e cai. Fazemos a ponta rápido, com pressa de não perder a idéia, mas outras pontas se quebram sucessiva e repetidamente, até o fim do lápis. Ele está quebrado por dentro. Mesmo entendendo que na era do computador nem sempre é o lápis o instrumento por excelência do professor (ou o giz), ele ainda vale como símbolo.

É a escola que está quebrada por dentro... por tantos mitos que nem sempre nos damos conta, como no caso lápis! Outras imagens mais trágicas poderiam ser trazidas nessas analogias, como abalos sísmicos ou sistêmicos que vêm de dentro. E de repente estamos lidando com o imprevisível, aquilo que não podemos controlar, muito menos nos seus efeitos. A escola corre esse perigo. E vem de novo a imagem do lápis sem ponta. Agora é o apontador que entupiu com uma ponta que ficou lá dentro. Nem lápis, nem apontador. Assim é o processo educacional, assim sofre a escola de 1º e 2º Graus. Há idéias brilhantes, professores “de ponta”, páginas que podem ser escritas, vontade de escrever, mas o “lápis” está sem ponta e o “aparelho” entupido. Os mitos que abalam o sistema vão destruindo as melhores idéias e intenções em compasso de erosão, de perda, de abandono. Enquanto isso os mecanismos e procedimentos supostamente pedagógicos de solução vão se “repetindo...”, “repetindo...!!!” sem se notar que o lápis está quebrado por dentro e o apontador entupido. Repetência? Evasão?

Este é o ciclo perverso que expulsa do sistema muitos milhões de cidadãos brasileiros. (De cada 1.000 crianças que entram na escola, apenas 45 concluem o primeiro grau sem qualquer repetência). Ele começa quando as crianças são obrigadas a aprender a ler ao mesmo tempo e num período fixado pelo sistema educacional; ele continua quando as crianças são reprovadas por não satisfazerem essa exigência; e ele

termina quando as crianças, depois de sucessivas repetências, são forçadas, pelos obstáculos criados, a abandonarem a escola, o sistema e o próprio desejo de ler e escrever. Esta é uma transgressão ao direito de aprender e, dramaticamente, ocorre com os países menos desenvolvidos e com as populações mais pobres.

Assim, a reprovação, embora pareça um ato técnico-pedagógico e paradoxalmente “bem-intencionado”, é essencialmente um ato político que serve à reprodução das desigualdades sociais.

A escola de 1º e 2º graus dará uma resposta digna ao desafio da educação de qualidade quando for capaz de entender que cada vez que ela condena um aluno à “repetência”, é ela que esta “repetindo” um sistema rígido-punitivo-discriminatório, do qual ela própria gostaria de se libertar. Por outro lado, cada vez que ela reconhece os avanços da trajetória da criança e considera os seus tropeços como parte da construção do próprio sistema de aprendizagem, ela está sendo capaz de inovar. Esta é a concepção mais dinâmica, mais atualizada, mais justa, de avaliação escolar. Avaliar não é reprovar, mas sim, compreender e promover a cada momento, o desenvolvimento pleno da criança, do jovem ou de qualquer indivíduo ou grupo social que se submeta ao processo de alfabetização e de aprendizagem em geral.

Aceita-se, lamentavelmente, a reprovação da criança e do jovem como um processo natural inevitável, explica-se a repetência como preservação da qualidade do ensino e tolera-se a evasão como rumo normal dos que fracassaram num sistema que foi incompetente para atendê-los. Frequentemente acredita-se que se está avaliando a incapacidade do aluno para aprender quando, na verdade, o que ocorre é a incapacidade da instituição escolar para alfabetizar no seu sentido mais amplo.

O erro do aluno, ou seja, o que ele omite, o que ele deixa de fazer é sempre percebido em termos negativos. Para se ter uma visão positiva é preciso adotar o ponto de vista da criança e do jovem. Julgá-los sem entender esse procedimento de crescimento é desrespeitá-los na sua inteligência, na sua afetividade e na sua própria experiência de vida.

Para avançar no sentido dessa mudança, é preciso desmontar mitos que de há muito vêm servindo como fundamentos que justificam as práticas de reprovação, como

se estas fossem necessárias para garantir a qualidade do sistema educacional. São afirmativas que estão impregnadas no modo de pensar e de agir da escola, das famílias e da comunidade mais ampla, afetando diretamente a própria criança, que as absorve como se fossem verdades. Trazer suas colocações aqui nessa oportunidade e nesse momento de grandes preocupações brasileiras com a educação poderá facilitar a compreensão mais ampla do fenômeno da repetência e da evasão que, apesar das melhores intenções da escola, tem sido um dos maiores responsáveis pelas drásticas estatísticas no fluxo escolar de 1º e 2º Graus.

Retomando o símbolo, o “lápiz” é bom, mas se fragilizou por dentro, o “apontador” é de boa qualidade, mas entupiu. Nada ou ninguém mais “passa”. Agora, o lápis sem ponta não escreve mais e o apontador já não tem utilidade. Assim a escola. Por que insistir no lápis quebrado por dentro e um apontador que engasgou? Por que insistir nos mitos que a ciência e prática comprovam que não são verdades? Por que teimar no mecanismo de “repetir” em vez de buscar alternativas? Por que acreditar no que se diz por aí, sem fundamentos, em vez de, com coragem, desfiar? Por que a escola não confia no seu próprio potencial para inovar em avaliação?

É por tudo isso, que algumas reflexões sobre o que se diz, mas não é verdade sobre avaliação e aprovação escolar tem aqui um lugar em destaque. São afirmativas colhidas, paradoxalmente, no próprio contexto educacional.

Assim diz-se que:

“Os alunos não podem passar de ano sem saber ler”. Não é verdade. A leitura é uma aprendizagem contínua, que não se completa na 1ª série, começa antes da criança entrar na escola e continua durante todo o processo educacional inclusive na idade adulta. Além disso, por causa das diferenças individuais e das experiências de cada criança ou jovem tem no seu meio familiar, os alunos não aprendem ao mesmo tempo e do mesmo modo. É preciso respeitar esse ritmo e esse estilo. Não se pode punir um aluno por necessitar de mais tempo. É importante dar uma experiência positiva à criança que inicia seu processo de leitura e de escolarização. Classificá-la de “fraca” ou coisas semelhantes vai marcá-la por toda vida. Reprová-la por estar no meio de um processo é prejudicar esse processo. Muitas vezes a criança não aprende a ler pelo

medo de não aprender a ler. Não seria mais adequado ter professores capacitados para alfabetizar em qualquer série?

É também importante examinar as causas que podem dificultar a aprendizagem da leitura e da escrita e que podem ser relacionadas com a visão, a audição ou a fala, com a nutrição, com a situação ambiental, ou com a falta de oportunidades de contato com a leitura e a escrita. E não será reprovando a criança que essas causas desaparecerão. Pelo contrário, de um modo geral poderão até piorar. Se se tirasse das crianças o medo de não aprender a ler, elas estariam emocionalmente em condições mais favoráveis de aprender. O aluno que repete o ano por “não saber ler” perde a autoconfiança, passa a ter mais medo e desanima de progredir. Em consequência, não aprende e continua sendo repetente até abandonar a escola, rejeitado-a depois.

Diz-se que...

“Promover todos os alunos tira o estímulo dos mais estudiosos e favorece o desinteresse dos menos estudiosos”.

Não é verdade. Esta afirmação se baseia no fato de que os alunos estão acostumados a “estudar para a prova”. Se os professores se conscientizarem e conscientizarem os alunos para o valor da aprendizagem de tal modo que eles estudem para sua formação e não para “passar de ano”, o estímulo para aprender supera “o da prova”. E o desejo de crescer cada vez mais e de buscar a própria realização é o que deve ser apoiado na escola, como um processo contínuo. Além disso, a verificação da aprendizagem não pode ficar concentrada “numa só prova” mais sim numa variedade de observações e durante toda a trajetória escolar. Assim, “estudar para a prova” é uma motivação artificial que deve ser desencorajada totalmente.

Diz-se que...

“A qualidade do ensino diminui quando todos os alunos são promovidos”.

Não é verdade. A pesquisa e a prática têm comprovado que a baixa qualidade do ensino se deve a outras causas como a falta de propósitos claros sobre a educação, a

falta de informação adequada sobre teorias e práticas pedagógicas, o isolamento do professor no campo de trabalho e o apego aos sistemas tradicionais em que o professor foi formado. A promoção não pode preocupar quando o ensino é de qualidade. É nas causas da má qualidade de ensino que se deve concentrar toda a atenção.

Diz-se que...

“Quando todos os alunos são promovidos acontece que muitos passam de ano sem saber nada”.

Não é verdade. “Saber” não é meramente um conjunto de conhecimentos de certas habilidades determinadas pelo professor. Trata-se da capacidade de imaginar, de criar, de indagar, de exercer competências variadas segundo a cultura e a história de cada indivíduo, de estar em paz, de viver. Tais coisas a criança e o jovem vão aprendendo no cotidiano da escola e do seu meio familiar sem prazo marcado. Como afirmar que “não sabem nada”? E tudo isso não é saber? A aquisição de conhecimentos sistematizados num currículo nem sempre avaliado na sua qualidade, não pode jamais ser critério único para julgar o que um aluno sabe. Além disso, é na sequência regular de seu curso de estudos que o aluno vai preenchendo lacunas e consolidando o que aprendeu. Nesse sentido, “passar de ano” é o processo normal. O contrário é bloqueio do desenvolvimento com desastrosas conseqüências para aquisição de um saber mais total e mais fecundo.

Diz-se que...

“Os pais não concordam que seus filhos passem sem saber nada”.

Não é verdade. Se os pais são informados de que seu filho “não sabe nada” e mesmo assim vai passar, é natural que se preocupem com a decisão de passar. Mas se o professor explica que seu filho, apesar de ter algumas lacunas, alcançou progressos satisfatórios em alguns aspectos de aprendizagem, tendo melhorado também no seu desenvolvimento emocional, suas relações humanas e outros tantos indicadores de avanço na sua formação, os pais compreenderão que as dificuldades poderão ser superadas na série seguinte e nesse caso, a promoção é parte do processo normal da

escola e do desenvolvimento de cada criança e de cada jovem. Informados sempre dos sucessos e das dificuldades do filho, os pais passam a ser excelentes colaboradores desse processo.

Diz-se que...

“É um bem que se faz ao aluno obrigando-o a repetir a série”.

Não é verdade. Tradicionalmente, e com as melhores intenções, se reprova os alunos sobretudo das séries iniciais, por não alcançarem um “mínimo” de rendimento satisfatório, acreditando-se que repetindo a série se recuperam e aprenderão mais e melhor. Pensa-se até que o professor competente é aquele que mais reprova. Entretanto, as pesquisas e a prática pedagógica têm demonstrado que “repetir o ano” não garante maior aprendizagem porque fatores essenciais para que o aluno aprenda são seriamente prejudicados com a repetência. Em outras palavras, o aluno perde o interesse, a autoconfiança e gosto pela escola. Além disso, separá-lo de seus colegas de turma e de idade provoca na criança atitudes de isolamento. Sabe-se que os alunos repetentes são rotulados pela marca do “fracasso” e não melhoram em sua aprendizagem como se espera. Pelo contrário, seu rendimento piora. Uma consequência desse processo é que a maioria dos alunos que abandonam a escola é de repetentes. Nos países que são adotados critérios fixos e rígidos de promoção, um grande contingente de alunos deixa a escola e dos que permanecem, somente um reduzidíssimo número termina a educação básica sem repetições.

Diz-se que...

“Trabalhar com turmas heterogêneas em que uns sabem ler e outros não, porque foram promovidos sem saber ler é impossível”.

Não é verdade. Este costume pedagógico de separar os alunos que sabem ler dos que não sabem, os que são “fortes” dos que são “fracos”, os que são “rápidos” dos que são “lentos”, os “promovidos” dos “repetentes”, os “novos” dos “velhos”, com o propósito até bem intencionado, de formar turmas “homogêneas” (o que vale também para a formação de grupos na sala de aula), não assegura sucesso na aprendizagem.

Inicialmente é preciso entender que os alunos jamais serão homogêneos por mais que sejam “reclassificados” e “remanejados”. Eles vão sempre diferir nas suas peculiaridades individuais – físicas, afetivas, cognitivas, sócio-culturais.

Então é artificial tentar qualquer homogeneização. Por outro lado, a tentativa de separação em grupos ou turmas fixas gera rotulação discriminatória: os “bons” e os “maus”, os “inteligentes” e os “burros”, os “recuperáveis” e os não “recuperáveis”, os “melhores” e os “piores”, os “vencedores” e os “fracassados”. E o que é mais grave, são os de mais baixa renda que formam o contingente do lado “perdido”. Trabalhar com turmas heterogêneas já é portanto uma realidade constatada, independente da organização que se dê na escola, porque as crianças chegam, continuam e saem heterogêneas, por sua própria condição de sujeitos particulares e que devem ser respeitada. Além disso, vale destacar que é benéfico para as crianças e os jovens a convivência de desiguais, pelo estímulo intelectual da troca, pela aprendizagem das relações interpessoais e pela solidariedade social que se forja. O professor sim, deve estar consciente dessa diversificação e trabalhar o potencial respeitando e valorizando as múltiplas inteligências. Cedo ele vai descobrir que os alunos não só aprendem com o professor, mas também e com grande sucesso com os próprios colegas.

Diz-se que...

“Quando todos os alunos sabem que vão passar, o professor perde a autoridade”.

Não é verdade. O que ocorre é que o professor perde a autoridade quando essa autoridade depende principalmente do medo que ele desperte no aluno, ou seja, “se não estuda, não vai passar de ano”. Se o professor não tem mais esse recurso que produz temor e o aluno não tem por outro lado, o único estímulo de estudar, surge um clima de insegurança que permanece até que se substitua o medo da “prova” pelo desejo de estudar para a própria superação. E a prática e a pesquisa mostram que o professor conquista mais respeito dos alunos quando utiliza atitudes positivas, constantes, do que quando provoca medo e ansiedade. Pode até mesmo acontecer que por medo, o aluno estude, mas por este mesmo medo, não assimila o que estuda. Num ambiente favorável e estimulante, o professor conquista afeto, estima e respeito dos alunos e estes conquistam a segurança de que são capazes de aprender. A autoridade

do professor não se sustenta no uso de ameaças e castigos mas sim, em sua capacidade profissional e seu compromisso de conduzir o processo educacional do melhor modo possível. O maior incentivo que ele poderá proporcionar ao aluno será o de reconhecer seu próprio valor como pessoa, antes de ser aluno. Não há que temer, promover os alunos às séries sem interrupção, no 1º e 2º Graus. Os estudos e a prática demonstram que a criança e o jovem têm maior probabilidade de aprender sendo promovidos do que repetindo o ano. Para isso eles contam com inúmeros fatores de sucesso como a motivação, a convivência com colegas de idades próximas e sobretudo a própria capacidade que a criança e o jovem têm de aprender e que é posta em dúvida, quando a escola certifica oficialmente sua “incompetência” ao reprová-los. Muitos milhões de meninos e meninas na rua já passaram pela escola. Fazê-los voltar, assim como tantos outros que evadiram ou que foram expulsos do sistema a que têm direito e manter na escola, o tempo necessário, os que tiveram o privilégio de entrar é um desafio de imensas proporções mas de majestosas conseqüências para educação brasileira.

Mas digno do que “reprovar” o aluno será capacitar o professor para ensinar crianças e jovens, em qualquer estágio de seu desenvolvimento; é capacitá-lo para avaliar o aluno em todas as suas potencialidades, utilizando o melhor de sua sensibilidade e de sua competência para captar indicadores de avanço e sinais de preocupação; é capacitá-lo para se auto-avaliar como educador e avaliar a escola e todo o contexto educacional; é capacitá-lo para entender criticamente que a responsabilidade não é de uma só instância. É de todos os envolvidos e interessados na educação, com o mais elevado propósito de se promover o aperfeiçoamento. Este é o respeito pelo direito de aprender, tanto para o aluno como para o próprio professor.

Em síntese, o enfrentamento da educação de excelência é uma luta de duas frentes, lado a lado: com os adultos, a ação vigorosa para preencher as lacunas de um processo inacabado e com as crianças e os jovens, a ação corajosa de garantir toda a escolaridade a que têm direito eliminando do sistema educacional, a repetência e a evasão – expressões evidentes e dramáticas de um processo educacional irrelevante.

E enquanto nós refletimos, gostaria de contar que um menino repetente na sétima série, e ao chegar o fim do ano, aguardando os resultados sobre sua promoção para a oitava série, teve um sonho: “Mamãe, sonhei que todos os meus colegas que estão na

oitava, repetiram o ano para me esperar”. Valeria a pena escutar os sonhos das crianças e dos jovens, as queixas e as justas cobranças.

É hora de pegar o “lápis” que não esteja quebrado por dentro. De avaliar as condições internas e externas. De verificar se a “ponta” está firme. Se há suficiente “papel”... E então deixar fluir a imaginação e criar uma escola que cresça em múltiplas dimensões, sem tropeços e sem bloqueios, na trajetória digna do aperfeiçoamento de cada criança, e cada jovem, de cada professor e da educação brasileira. Mitos, nunca mais!

Artigo publicado na **Revista ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, n.1, vol. 2, out./dez. 1994.